

***Curso de Formação para os Cargos de Especialista em Políticas Públicas e
Gestão Governamental***

16ª Edição – 2011

Proposta Curricular

Brasília, agosto de 2011

Curso de Formação para os Cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – 16ª Edição – 2011

Introdução	3
I - O Curso de Formação	5
II – Carga horária	6
III – Período de Realização.....	6
IV – Estrutura do Programa	6
V – Metodologia	8
VI – Conteúdo Programático	9
VII – Calendário	19
Equipe.....	20

Introdução

O cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) caracteriza-se pelo exercício de atividades de nível superior, com elevada complexidade e responsabilidade, relacionadas com a gestão governamental e com a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas.

O Curso de Formação dos EPPGG constitui a segunda etapa do Concurso Público para ingresso na carreira e tem como objetivo selecionar e preparar quadros de alta gerência para o ingresso na Administração Pública Federal, em conformidade com a política estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

Tendo em vista a complexidade e a abrangência da Administração Pública Federal, bem como a dinâmica do contexto político, econômico, social e institucional, a formação inicial do EPPGG visa a potencializar a capacidade de o EPPGG ser sujeito de seu próprio desenvolvimento, ao longo da carreira, fornecendo referenciais de análise e contribuindo para o desenvolvimento de competências para o enfrentamento dos mais variados desafios e conjunturas do setor público, na busca dos objetivos governamentais de desenvolvimento e da democratização.

Este documento apresenta a proposta curricular do curso de formação para a carreira de EPPGG, dentro do escopo do concurso público a que se refere o Edital ESAF n.º 46, de 19/06/2009. Contempla o contexto e os propósitos da criação da carreira, os pressupostos e concepções que justificam os objetivos, a estrutura programática e a metodologia do Curso, de forma a associar a importância do papel profissional do EPPGG ao objetivo superior do aumento da capacidade de governo.

Sobre a criação da carreira

A iniciativa de criar uma carreira de natureza transversal, com perfil generalista e alta qualificação no âmbito da Administração Pública Federal, surgiu a partir do estudo realizado pelo Embaixador Sérgio Paulo Rouanet, em 1982, a pedido do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Esse estudo recomendou também a criação de uma instituição voltada exclusivamente para a formação e o recrutamento de quadros superiores da administração, com a missão de modernizar e tornar eficiente a administração pública federal, adotando os princípios de formação generalista e de ensino de aplicação utilizados pela École Nationale d'Administration (ENA) da França¹.

Embora o estudo tenha influenciado tanto a concepção da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, como a constituição da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), esses projetos não ocorreram simultaneamente:

¹ ROUANET, Sergio Paulo. *Criação no Brasil de uma escola superior de administração pública*. Brasília: ENAP/ANESP, 2005, 96p.

a ENAP foi criada em 1986, e a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG, somente em 1989.

Justificativa

Os programas de capacitação desenvolvidos pela ENAP trazem em si o compromisso da busca da elevação da capacidade de governo na gestão de políticas públicas, tendo como norte a função social da Administração Pública e a democratização.

Por meio das políticas públicas, o Estado realiza objetivos superiores para construção de um futuro socialmente desejável. Portanto, a capacidade de governo em políticas públicas extrapola a capacidade gerencial, abarcando o campo dos valores, concepções e compromissos que orientam as escolhas sobre os rumos da ação governamental. As políticas públicas no Brasil devem conjugar os objetivos da democratização e do desenvolvimento sustentável, sobretudo em sua expressão social. Além disso, governar em contexto democrático implica incorporar e processar interesses e demandas diversas, compartilhando poder e responsabilidade com a sociedade e os usuários dos serviços públicos.

A administração pública do Governo Federal brasileiro tem o desafio de implantar políticas públicas voltadas para o equilíbrio da Federação, condição essencial para a garantia do pacto federativo e da unidade nacional, num país de dimensões continentais e profundamente diversificado em termos geográficos, culturais e socioeconômicos. E o desafio é ainda mais complexo, porque a máquina pública brasileira ainda tem que superar seus próprios déficits de eficácia e eficiência, resultado do legado autoritário e patrimonialista das instituições públicas.

Assim, a qualidade das políticas públicas depende de articulações entre Estado e Sociedade, entre os entes da federação, bem como entre os órgãos envolvidos na formulação e implementação dessas políticas.

O sistema federal de planejamento tem no Plano Plurianual, o PPA, uma metodologia que enseja um modelo de gestão com foco em resultados, baseado na territorialidade, na intersetorialidade dos programas, na focalização dos investimentos e na indissociação com o orçamento público. Contudo, análises do desempenho das ações governamentais revelam déficits de resultado, atribuídos a problemas de formulação e de gestão. A superação desses problemas é um desafio que depende do envolvimento e da preparação de todos os agentes públicos.

Isto posto, a ENAP, como escola de governo responsável pela capacitação dos gestores públicos, direciona as suas ações e programas no sentido de contribuir para a construção e o fortalecimento de uma gestão democrática, participativa, responsável, transparente e integrada para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Importância e desafios do gestor público

A carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) deve ser constituída por profissionais de cuja atuação depende em grande parte o padrão de

desempenho do Governo Federal. Formar carreiras de Estado é formar profissionais que consubstanciarão o Estado, num horizonte temporal que extrapola mandatos políticos.

O cargo de EPPGG (gestor) é estratégico porque está diretamente implicado nos processos de decisão, planejamento, viabilização e gestão das ações do Governo Federal brasileiro. É sua missão pautar-se pelas prioridades de governo, pela gestão estratégica e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, com transparência, responsabilidade fiscal e social.

O gestor deve ser preparado para compreender a realidade em sua complexidade, tomar parte ou influenciar o processo decisório, sobre base sistemática de reflexão e análise, atuando como “co-partícipe, co-formulador e co-implementador das Políticas Públicas junto ao poder político²”. É um profissional cujo campo de atuação coincide com o ciclo de políticas públicas e de gestão governamental, podendo atuar em diversas fases desse ciclo, conforme a especificidade da posição ocupada em cada órgão do Governo Federal.

Espera-se desse profissional um perfil que englobe uma visão de finalidade e prioridade; capacidade de correlacionar variáveis distintas na análise de problemas complexos, de pesquisar, buscar informações e capacitar-se; de se comunicar; de trabalhar em equipe e, ao mesmo tempo, em múltiplas equipes; de dar respostas aos imprevistos, flexibilizar e inovar; capacidade de trabalhar sob pressão; de liderar sobre a base ética da responsabilidade pública.

I - O Curso de Formação

O Curso alia formação profissional e seleção pública. O encadeamento das suas disciplinas e atividades é organizado por eixos estruturantes que integram os conteúdos diversificados e contemplam, de forma abrangente, as dimensões do ciclo de políticas públicas e da gestão governamental.

Os eixos foram organizados de forma a tratarem dos principais temas e problemas relacionados ao Governo Federal, tendo por referência o desafio da promoção da equidade e do desenvolvimento humano e social sustentável.

A proposta do Curso é contribuir para fortalecer a capacidade executiva do governo e de coordenação das ações governamentais nas políticas públicas, capacitando os alunos a trabalhar com a diversidade de atribuições e problemas concernentes à gestão governamental, sendo ele sujeito de seu desenvolvimento. Ao aluno caberá, ao longo do curso, dominar os marcos de análise e exercitar algumas situações de transposição e aplicação desse conhecimento, por meio de estudos de caso, trabalhos de campo, e o exercício continuado de análise de programas de governo.

A formação inicial não pretende esgotar o universo das temáticas específicas com as quais os gestores se defrontarão nas diferentes áreas do Governo Federal, mas sim prepará-los para pensar, agir e interagir estrategicamente visando à busca de resolução de problemas tendo em vista o melhor desempenho em prol dos cidadãos.

² Trecho extraído da Proposta Curricular da 1ª edição do curso de formação inicial de EPPGG.

Objetivo geral de aprendizagem

Após o Curso de Formação, o aluno deverá estar apto a utilizar conhecimentos sobre a realidade nacional, marcos teóricos e instrumentos necessários ao exercício do cargo, na gestão governamental, na formulação, na implementação e na avaliação de políticas públicas, com vistas ao aperfeiçoamento da Administração Pública para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Objetivos específicos

São objetivos específicos da 16ª edição levar o participante a:

- analisar os problemas com os quais os governos e seus diversos órgãos lidam, entendendo-os como resultado de múltiplas determinações;
- analisar as relações entre os entes da federação para a implementação das políticas públicas levando em conta a diversidade territorial brasileira;
- identificar prioridades e analisar alternativas de solução para a tomada de decisão;
- aplicar visão sistêmica da gestão governamental, integrando as funções de coordenação, planejamento e orçamento, com foco em resultados;
- utilizar instrumentos de gestão estratégica das organizações e das políticas públicas ;
- identificar e analisar redes para o estabelecimento de parcerias entre diferentes níveis de organizações governamentais, da sociedade civil e do setor privado, visando potencializar o impacto das políticas públicas e programas governamentais;
- trabalhar em equipe de forma colaborativa;
- adotar atitudes éticas compatíveis com o desempenho da função pública.

II – Carga horária

O curso tem carga horária mínima de 540 (quinhentas e quarenta) horas-aula.

III – Período de Realização

De 29 de agosto a 13 de dezembro de 2011.

IV – Estrutura do Programa

O curso está estruturado em quatro eixos programáticos, um módulo de Práticas de Governo e palestras.

Os eixos programáticos constituem-se como marcos analíticos multidisciplinares, integrados de forma a oferecer uma visão de conjunto do funcionamento do Estado brasileiro, abordando temas pertinentes ao exercício profissional e à agenda de governo.

Os eixos são:

- Estado, Sociedade e Democracia;
- Economia e Desenvolvimento;
- Administração Pública; e
- Políticas Públicas.

O Módulo de Práticas de Governo contempla trabalho de campo supervisionado e oficina de análise da prática governamental como um momento de processamento e análise da experiência do trabalho de campo.

O conteúdo dos eixos é antecedido por um bloco de Atividades Introdutórias, cujos objetivos são: apresentar o contexto e os objetivos do Curso, bem como seu programa e regulamento; apresentar o contexto institucional da carreira; e promover a integração dos participantes, estabelecendo um contrato de relacionamento e produtividade para o período de convivência.

Por fim, serão realizadas palestras ao longo do curso, com o objetivo de promover o debate sobre temas atuais e da agenda governamental.

Quadro Resumo da Estrutura do Programa

Atividades Introdutórias – 20h

- Abertura e apresentação do curso, proposta curricular e regulamento, equipes e serviços da ENAP.
- Oficina de Integração do Grupo.
- Encontro com EPPGG em grupos.
- Apresentação da Carreira de EPPGG e sua Gestão
- Apresentação do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- Palestra Magna.
- Oficina de Competências Conversacionais.

Eixo 1 – Estado, Sociedade e Democracia – 52h

O Estado Contemporâneo e suas Transformações	16h
Democracia e Cidadania no Brasil	16h
Sistema Político Brasileiro	20h

Eixo 2 - Economia e Desenvolvimento – 72h

Economia Brasileira	24h
Economia Internacional	16h

Economia do Setor Público	16h
Economia da Regulação e Defesa da Concorrência	16h

Eixo 3 – Administração Pública – 144h

Debata Contemporâneo da Gestão Pública	16h
Administração Pública Brasileira	20h
Fundamentos do Direito Público	20h
Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	24h
Compras, Contratos e Licitações	12h
Convênios e Termos de Parceria	12h
Gestão Estratégica nas Organizações Públicas	32h
Comunicação Escrita em Governo (à distância)	08h

Eixo 4 – Políticas Públicas – 132h

Análise de Políticas Públicas	24h
Planejamento Estratégico Governamental	16h
Análise e Interpretação de Indicadores	16h
Métodos de Planejamento Aplicados ao Desenho de Programas	24h
Elaboração e Gerenciamento de Projetos	16h
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas	20h
Oficina de Políticas Públicas	16h

Práticas de Governo – 100h

Trabalho de Campo Supervisionado	80h
Oficina de Análise da Prática Governamental	20h

Palestras	20h
------------------	-----

CARGA HORÁRIA TOTAL	540
----------------------------	------------

V – Metodologia

O Curso é desenvolvido por meio de estratégias que viabilizam ambiente de aprendizagem para que os participantes construam conhecimento, articulando teorias, conceitos e instrumentos a situações típicas da gestão governamental, com incentivo à interação entre pares e com professores e monitores.

São utilizadas diversas estratégias didático-pedagógicas para promover a articulação de diferentes conteúdos em uma abordagem multidisciplinar sobre a ação do gestor público, tais como: leituras orientadas, debates, estudos de casos, simulações, oficinas, trabalho de campo supervisionado, visitas e outras atividades similares. Além disso, o aproveitamento da experiência e conhecimento trazidos pelos participantes, principalmente nas atividades em grupo, propicia formas de cooperação multidisciplinares, favorecendo o aprendizado coletivo do grupo e preparando os profissionais para o futuro trabalho conjunto.

A realização do Módulo de Práticas de Governo levará os participantes a vivenciarem e analisarem o cotidiano do trabalho de áreas da Administração Pública, com foco nas interfaces e processos do ciclo de gestão e nas situações de implementação das políticas públicas, proporcionando-lhes uma visão abrangente e crítica acerca dos principais desafios da gestão governamental, à luz dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

Com base nas diretrizes da organicidade entre as disciplinas, da aplicabilidade dos conceitos e instrumentos nas atividades profissionais, e da complementaridade e equilíbrio entre referenciais teóricos e instrumentais; cada eixo programático é desenvolvido por meio de disciplinas focadas nos marcos teóricos e conceituais e sua transposição para situações concretas da gestão de governo.

Os *Seminários* e *Palestras* são atividades complementares voltadas ao debate a respeito de temas candentes, inovadores ou polêmicos; à disseminação de novos referenciais e propostas; e à consolidação ou ampliação dos conteúdos e práticas desenvolvidos nos eixos programáticos.

O sistema de avaliação tem por objetivo, além de aferir a aprendizagem do aluno, propiciar mais uma oportunidade de consolidação dos conhecimentos adquiridos em cada eixo.

VI – Conteúdo Programático

EIXO 1 – Estado, Sociedade e Democracia (52h)

Este eixo norteia o conjunto de disciplinas e atividades que permitem refletir sobre: a) as transformações do Estado contemporâneo e as mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade; b) o sistema político brasileiro; c) a estrutura constitucional e funcionamento do Estado brasileiro; d) a organização política da sociedade no processo de construção e fortalecimento da democracia e da cidadania.

Objetivos Específicos

- Analisar as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre a Sociedade e o Estado e discutir seu significado para ampliação dos direitos dos cidadãos.
- Analisar a participação da sociedade civil como condição para fortalecer a democracia e promover o desenvolvimento.
- Compreender as características e o funcionamento do sistema político brasileiro e suas implicações na produção e nos resultados das políticas públicas.

DISCIPLINAS

D 1.1 – O Estado Contemporâneo e suas Transformações (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender as principais dimensões que definem o papel e as capacidades do Estado na sociedade contemporânea, assim como as mudanças políticas e institucionais recentes nas relações entre Estado e sociedade.

Ementa:

As transformações e tensões do Estado contemporâneo: autonomia e permeabilidade, coerção e coordenação, coesão e fragmentação. O debate contemporâneo acerca dos papéis do Estado em relação a questões como: nacionalismo, globalização, multiculturalismo e democracia.

D 1.2 – Democracia e Cidadania no Brasil (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a analisar os contextos específicos que marcaram a trajetória da construção da democracia e cidadania, identificando as mudanças ocorridas nas relações entre Estado e sociedade.

Ementa:

Conceitos de cidadania, sociedade civil e democracia no pensamento político contemporâneo de forma a mapear suas diferentes interpretações. As principais experiências de participação social em curso no Brasil: orçamentos participativos e conselhos de políticas.

D 1.3 – Sistema Político Brasileiro (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a desenvolver uma visão global dos condicionantes do sistema político brasileiro sobre o funcionamento da democracia no Brasil, as políticas públicas e o equilíbrio federativo.

Ementa:

Diagnóstico geral a respeito das instituições políticas brasileiras. Sistema eleitoral e seus impactos sobre o sistema partidário. Relações Executivo-Legislativo e a Organização Congressional no Brasil. O federalismo e seus impactos sobre o processo decisório. Judiciário e Política no Brasil.

EIXO 2 – Economia e Desenvolvimento (72h)

Este eixo norteia o conjunto de disciplinas e atividades que permitem: a) situar o debate econômico atual e as perspectivas da economia brasileira e mundial; b) refletir sobre os condicionantes econômicos na formulação e implementação das políticas públicas; c) analisar o debate contemporâneo sobre desenvolvimento e sustentabilidade.

Objetivos específicos

- Analisar a economia brasileira contemporânea e o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas para redução das desigualdades socioespaciais e alcance dos objetivos da estabilidade e do desenvolvimento sustentável.
- Identificar as dinâmicas que influenciam o comportamento da economia mundial e seus impactos na economia brasileira.
- Analisar a realidade fiscal no Brasil à luz dos condicionantes de financiamento do Estado.
- Compreender os principais conceitos, fundamentos e instrumentos de intervenção do Estado na economia.
- Analisar as políticas de regulação e defesa da concorrência no Brasil.

DISCIPLINAS

D 2.1 – Economia Brasileira (24h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o estágio atual do processo de desenvolvimento brasileiro com base em diferentes visões teóricas e à luz da história econômica recente.

Ementa:

O processo de estabilização da economia: do Plano Real aos dias atuais. As políticas de desenvolvimento dos anos 90 e a crise do final da década. A política macroeconômica atual: fundamentos e principais resultados. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. O mercado interno como motor da expansão.

D 2.2 – Economia Internacional (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a discutir questões contemporâneas da economia internacional, com o objetivo de oferecer instrumentos de análise e compreensão dos condicionantes e impactos do cenário internacional na economia nacional.

Ementa:

Noções de política cambial e de comércio exterior. Globalização e seus impactos nas economias nacionais. Multilateralismo (instituições financeiras multilaterais). Relações econômicas internacionais. Integração econômica (blocos econômicos). Perspectivas da economia mundial.

D 2.3 – Economia do Setor Público (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a: (i) identificar as falhas de mercado, tais como bens públicos, externalidades e poder de mercado, assim como as falhas de governo; (ii) compreender os confrontos entre equidade e eficiência nas decisões das políticas públicas; (iii) analisar as soluções públicas e privadas para as diversas falhas de mercado.

Ementa:

A necessidade do Estado. Externalidades e bens públicos. Padrões de intervenção do Estado e as funções econômicas: alocativa, distributiva e estabilizadora. Equidade e eficiência. O financiamento do Setor Público. Sistema Tributário Brasileiro. Política econômica: fiscal, monetária e cambial.

D 2.4 – Economia da Regulação e Defesa da Concorrência (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a: (i) identificar a racionalidade econômica da regulação setorial e da política de defesa da concorrência; (ii) conhecer os principais modelos de regulação econômica; (iii) discutir a aplicação de instrumentos da regulação econômica; (iv) conhecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e a aplicação da lei antitruste; (v) refletir sobre os limites e dificuldades da regulação econômica.

Ementa:

Motivação para a regulação. Regulação e política antitruste: conceitos e histórico. Teorias da regulação: análise normativa, teoria da captura e teoria econômica da regulação. Monopólio natural, leilão de franquias e regulação. Regulação de mercados potencialmente competitivos. Defesa da concorrência e legislação antitruste. Análises setoriais da regulação: setores de energia, telecomunicações, transportes, petróleo e saúde. Sistema brasileiro de defesa da concorrência: SEAE, CADE e SDE.

EIXO 3 – Administração Pública (144h)

Este eixo norteia o conjunto de disciplinas e atividades que permitem: a) desenvolver os principais marcos teóricos necessários a uma compreensão crítica da Administração Pública contemporânea; b) conhecer a organização e funcionamento do setor público; c) desenvolver os conhecimentos e instrumentos básicos necessários para a atuação nas áreas de planejamento e orçamento da Administração Pública Federal, bem como outras referentes ao ciclo de gestão.

Objetivos Específicos

- Debater as principais concepções teóricas da administração pública contemporânea em relação às reformas empreendidas no Brasil e no mundo.
- Compreender o papel do servidor e da administração pública face aos desafios da promoção do desenvolvimento sustentável e da cidadania.
- Desenvolver uma visão de conjunto da complexa realidade institucional em que o servidor atuará.
- Identificar os principais sistemas e tecnologias da Administração Pública Federal brasileira e sua importância para a melhoria da gestão pública.

- Conhecer as bases do marco jurídico da Administração Pública brasileira para aplicá-lo ao cotidiano da gestão.
- Refletir sobre os valores éticos inerentes às questões relacionadas ao interesse público.

DISCIPLINAS

D 3.1 – O Debate Contemporâneo da Gestão Pública (16h)

Objetivo:

Levar o aluno a reconhecer as tendências da gestão pública contemporânea.

Ementa:

Origens, definição, características e importância da burocracia clássica. As insuficiências do paradigma burocrático: problemas endógenos e exógenos. Resultados das reformas de gestão pública: balanço crítico. A Governança Pública e a rediscussão do papel da Administração Pública. Tendências atuais do debate: consensos, dúvidas e dilemas.

D 3.2 – Administração Pública Brasileira (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a analisar os principais desafios para a gestão pública no Brasil contemporâneo.

Ementa:

Panorama da Administração Pública brasileira: aprendizados, desafios e tendências. Desempenho e *accountability* na Administração Pública brasileira: teoria e experiência. Os desafios da coordenação governamental de políticas públicas em um Estado federativo que busca avançar no caminho da governança.

D 3.3 – Fundamentos do Direito Público (20h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o marco jurídico e os princípios da Administração Pública, bem como o debate atual em torno das novas tendências do direito administrativo.

Ementa:

Fundamentos constitucionais da Administração Pública brasileira. Estado Democrático de Direito: Visão panorâmica e instrumental do texto constitucional (direitos e garantias individuais, direitos sociais, serviço público e atividade econômica, ordem econômica, ordem social, controles da administração). Funções da Administração Pública. O interesse público. Disposições fundamentais do Art. 37 da Constituição Federal. Os princípios da Administração Pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Modalidades de serviços públicos. Conceitos legais do poder concedente. Concessão, permissão e autorização.

D 3.4 – Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira (24h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender o funcionamento do Sistema de Planejamento e Orçamento do Governo Federal, o processo de elaboração do plano plurianual, seu arcabouço conceitual e a sua integração com os instrumentos de orçamento e com a gestão da ação governamental.

Ementa:

Sistema Federal de Planejamento e Orçamento. O Plano Plurianual e a integração entre planejamento, orçamento e gestão. Normas gerais de direito financeiro (CF, LRF, Lei 4320). Planejamento, elaboração e execução financeira e orçamentária. Controle interno e controle externo. Estratégias operacionais para promoção de políticas: mobilização de recursos orçamentários e extraorçamentários. Sistemas informatizados de gestão financeira e orçamentária: SIAFI/ SIDOR/ SIOP.

D 3.5 – Compras, Contratos e Licitações (12h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender as características e a importância dos processos de compras e contratações no Governo Federal, observando a legalidade e as orientações dos órgãos sistêmicos da Administração Pública Federal e dos órgãos fiscalizadores da despesa pública.

Ementa:

Contratações no setor público. Lei 8666. Contratação por dispensa e inexigibilidade de licitação. Pregão Eletrônico. Contrato Administrativo: regime jurídico, gestão, alterações, fiscalização, sanções. Riscos quanto à motivação do gasto, à compatibilidade do preço praticado, ao recebimento (liquidação da despesa) e à destinação para fins de interesse público. Julgados do Tribunal de Contas da União sobre o tema.

D 3.6 - Convênios e Termos de Parceria (12h)

Objetivo:

Levar o aluno a compreender as especificidades dos processos de gestão de convênios e termos de parceria no Governo Federal, observando a legalidade e as orientações dos órgãos sistêmicos da Administração Pública Federal e dos órgãos fiscalizadores da despesa pública.

Ementa:

Os convênios e os contratos de repasse de que trata o Decreto nº 6.170/2007 e a Portaria Interministerial/CGU/MF/MP nº 127/2008. A celebração, a execução e a prestação de contas com o portal www.convenios.gov.br. Os dispositivos da LDO anual sobre as transferências voluntárias. Termos de Parceria com Organizações da Sociedade

Civil de Interesse Público – OSCIP (Lei nº 9.790/99 e Decreto nº 3.100). Julgados do Tribunal de Contas da União sobre o tema.

D 3.7 – Gestão Estratégica nas Organizações Públicas (32h)

Objetivos

Levar o aluno a desenvolver uma visão estratégica da gestão de recursos, processos e interações e arranjos de gestão para a ação governamental.

Ementa

Visão estratégica institucional e a gestão por resultados. Gestão de processos, estrutura e tecnologias. Governança nas organizações públicas. Novos arranjos de gestão e inovação no setor público.

D 3.8 – Comunicação Escrita em Governo (8h)

Objetivo:

Capacitar o aluno a redigir documentos correntes da comunicação oficial com clareza, concisão e objetividade, fazendo uso de regras da norma padrão da Língua Portuguesa e à luz das mudanças do processo de comunicação na Pós-modernidade.

Ementa:

A correspondência oficial e a linguagem dos atos normativos. Estrutura e modelos de documentos oficiais (notas técnicas e ofícios). Os principais problemas da redação oficial e seus significados culturais. O essencial e o acessório na comunicação administrativa e oficial. Engenharia e arquitetura do texto. Questões gramaticais.

Observação: esta disciplina será desenvolvida a distância ao longo de todo o curso, com utilização de ambiente virtual de aprendizagem (ferramenta *Moodle*), de forma que os alunos exercitem sua capacidade de comunicação escrita para diversos objetivos nos processos de governo.

EIXO 4 – Políticas Públicas (132h)

Este eixo norteia o conjunto de disciplinas e atividades que permitem: a) conhecer e refletir sobre os principais marcos teóricos da análise das políticas públicas; b) propiciar o conhecimento e aplicação dos instrumentos básicos necessários ao desenho, à implementação e à avaliação das políticas públicas; c) discutir os novos arranjos de políticas públicas.

Objetivos específicos

- Analisar os modelos de políticas públicas, propiciando reflexão integrada e crítica de suas dimensões.
- Identificar a agenda do governo e da sociedade em relação às políticas públicas e debater seus principais problemas e possibilidades.

- Conhecer instrumentos e modelos de planejamento, de análise e de implementação de políticas públicas, buscando aplicá-los a situações concretas pertinentes à ação governamental no Brasil.

DISCIPLINAS

D 4.1 – Análise de Políticas Públicas (24h)

Objetivo

Levar o aluno a distinguir os principais modelos de análise no campo das políticas públicas e avaliar seus alcances para explicar o processo de produção de políticas públicas.

Ementa:

Tipos de políticas públicas. Alcances e limites dos modelos de análise: estágios em políticas públicas, incrementalismo, “centrados na sociedade” e “centrados no estado”. Pluralismo, (neo)marxismo e (neo)institucionalismo. Formação da agenda, especificação de alternativas e tomadas de decisão em “policy windows”: o modelo de análise das “múltiplas correntes”. Arranjos institucionais para a implementação de políticas públicas.

D 4.2 – Planejamento Estratégico Governamental (16h)

Objetivo

Levar o aluno a analisar o planejamento estratégico como uma ferramenta associada à gestão para o enfrentamento de problemas públicos complexos e alcance de objetivos estabelecidos pela agenda governamental.

Ementa

Conceitos e tipos de planejamento. Planejamento governamental no Brasil. Cenários, diagnósticos e estudos de processos decisórios. O pensamento estratégico aplicado à gestão governamental contemporânea. Objetivos e condicionantes das políticas públicas.

D 4.3 – Análise e Interpretação de Indicadores (16h)

Objetivo

Levar o aluno a conhecer a disponibilidade, abrangência e potencialidade das pesquisas, fontes de dados, publicações e relatórios existentes no Sistema Estatístico Brasileiro e outras instituições nacionais e internacionais, para a construção de cenários e diagnósticos.

Ementa

Sistema Estatístico Nacional e as principais fontes de dados e indicadores de pesquisas econômicas, sociais e ambientais no Brasil (IBGE, Ministérios etc.) e no mundo. Principais publicações, Relatórios Sociais, Boletins de Conjuntura Econômica, Análises da

Questão Ambiental. Indicadores Sintéticos e Painel de Indicadores no Brasil e no mundo. Demonstração de um Painel de Indicadores de Conjuntura gerado com o aplicativo Monit.

D 4.4 – Métodos de Planejamento Aplicados ao Desenho de Programas (24h)

Objetivos:

Levar o aluno a conhecer e utilizar os conceitos e metodologias de planejamento público para o desenho de programas governamentais.

Ementa:

Principais Metodologias de Planejamento e sua aplicação na construção de programas. A seleção de problemas para a construção da agenda de governo. O processamento de problemas. Antecedentes do desenvolvimento da proposta de Modelo Lógico de Resultados. Componentes do Modelo Lógico e sua utilização como ferramenta auxiliar na sistematização dos trabalhos de monitoramento e avaliação de programas governamentais. A nova metodologia de elaboração do PPA 2012-2015.

D 4.5 – Elaboração e Gerenciamento de Projetos (16h)

Objetivos

Levar o aluno a compreender os principais conceitos relacionados à gestão de projetos e analisar os elementos básicos da elaboração de um plano de projeto, tendo em vista contribuir para uma visão integrada da elaboração, do monitoramento e da avaliação no setor público.

Ementa

Conceitos básicos sobre a gestão de projetos: reflexões sobre a relação entre projeto, subprojeto, programa e plano; diferenciação de projeto e processo; conceito de gestão; ciclo de vida; processos de gerenciamento; análise de atores envolvidos; participação na elaboração e gerenciamento; elaboração do plano; gestão integrada, monitoramento e avaliação do projeto.

D 4.6 – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (20h)

Objetivos

Levar o aluno a compreender o papel e a importância do monitoramento e da avaliação no ciclo de gestão das políticas públicas, distinguindo objetivos, tipos e metodologias, bem como utilizar informações provenientes dos sistemas de monitoramento e avaliação para expandir e aprofundar o conhecimento institucional e apoiar a tomada de decisão governamental.

Ementa:

Monitoramento e avaliação de políticas públicas: conceituação e tipos. Avaliação de projetos sociais. Tipos de avaliação: *ex-ante* e *ex-post*, de resultados e de impacto,

interna, externa, mista, participativa. Avaliação de processos. Critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Metodologias e aplicação.

D 4.7 – Oficina de Políticas Públicas – (16h)

Objetivos:

Levar o aluno a compreender a complexidade dos processos de formulação, decisão, implementação e avaliação de políticas governamentais, por meio da simulação de um processo de apoio à tomada de decisão sobre a implementação de uma política pública.

Ementa:

Os processos de formulação, decisão, implementação e avaliação de políticas governamentais. Condicionantes: (a) o ambiente em que se desenvolvem, tais como as conjunturas/dinâmicas política e econômica, domésticas e internacionais, e as estruturas institucional e social; (b) os atores que se mobilizam, suas percepções e seus respectivos recursos de poder; (c) os valores predominantes na sociedade; (d) escassez de recursos; (e) incerteza quanto aos custos e benefícios das alternativas de política; entre outros.

5 – Módulo Práticas de Governo (100h)

O Módulo Práticas de Governo tem por objetivo levar os participantes a vivenciar e analisar situações organizacionais concretas, tendo em vista contribuir para a conformação de uma visão abrangente e crítica acerca dos desafios da gestão governamental e de políticas públicas, bem como contribuir para o atendimento de suas necessidades individuais de desenvolvimento.

O foco do Módulo é a análise institucional e organizacional da qualidade operacional do setor público federal a partir de um programa de governo. Espera-se que os alunos compreendam o fluxo e as principais interações que constituem a gestão pública e consigam fazer uma reflexão crítica que indique, quando couber, aperfeiçoamento na gestão para o alcance dos objetivos do programa e do seu impacto na sociedade.

As perspectivas de vivência do ciclo das políticas públicas terão como *locus* os programas de governo e serão desenvolvidos em dois momentos distintos, quais sejam:

5.1 – Trabalho de Campo Supervisionado - (80h)

Objetivos:

Propiciar a inserção dos alunos em áreas típicas da administração pública federal, para que eles possam identificar a forma como são efetivamente operacionalizados os principais processos do ciclo de gestão nas políticas públicas, ter contato com projetos estratégicos e/ou de inovação que estejam em desenvolvimento no setor público federal.

5.2 – Oficina de Análise da Prática Governamental - (20h)**Objetivo:**

Contribuir para a construção de uma visão ampla e integrada das principais dimensões da ação governamental e seus desafios, por meio da análise comparada e da reflexão crítica sobre a gestão governamental em contextos típicos e diversificados da Administração Pública Federal.

6 – Palestras (20h)

A realização de palestras ao longo do Curso de Formação atende aos seguintes objetivos: complementar e aprofundar temas abordados nas disciplinas; promover o debate sobre temas atuais e da agenda governamental; proporcionar aos alunos um primeiro contato com a realidade institucional e organizacional do governo.

VII – Calendário

Os períodos indicados referem-se à realização (provável) das atividades.

ATIVIDADES INTRODUTÓRIAS	29 A 31/08/2011
EIXO 1	01/09 A 12/09/2011
EIXO 2	13 A 26/09/2011
EIXO 3 - PARTE I	27/09 A 06/10/2011
EIXO 4	07/10 A 04/11/2011
TRABALHO DE CAMPO SUPERVISIONADO - PARTE I	07 A 11/11/2011
OFICINA DE ANÁLISE DA PRÁTICA GOVERNAMENTAL - PARTE I	14/11/2011
EIXO 3 - PARTE II	16/11 A 02/12/2011
TRABALHO DE CAMPO SUPERVISIONADO - PARTE II	05 A 09/12/2011
OFICINA DE ANÁLISE DA PRÁTICA GOVERNAMENTAL - PARTE II	12 e 13/12/2011
AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO	13/12/2011

Equipe

Presidente da ENAP

Paulo Sérgio de Carvalho

Diretora de Formação Profissional

Maria Stela Reis

Coordenador Geral de Formação

Claudia Antico

Equipe Técnica

Anna Paula Feminella

Gabriel Felipe da Fonseca Dizner (Coordenador do Curso)

José Luiz Pagnussat

Klédina Rodrigues da Silva

Paula Cristina Mortari da Costa

Renata Fernandes Mourão

Secretaria Escolar

Thaís Raquel Schwarzberg (Coordenadora)

Izabel Denise P. Morbeck

Florenice Campos Câmara

Jamil Silva Mansur

Estagiário

André Luiz Urcino Silva Valente